

JOSÉ RIBAMAR TROVÃO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO
TERRITÓRIO MARANHENSE**

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE

Cadernos IMESC 5

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Jackson Lago

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Abdelaziz Aboud Santos

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**PRESIDENTE**

Raimundo Nonato Palhano Silva

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO

José Raimundo Silva

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Tetsuo Tsuji

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

João Batista Ericeira

CHEFE DE GABINETE

Jhonatan U. P. Sousa

APOIO INSTITUCIONAL

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-
FAPEMA

DIRETOR-PRESIDENTE

Sofiane Labidi

ORGANIZAÇÃO DOS CADERNOS IMESC

Raimundo Nonato Palhano Silva

Jhonatan U. P. Sousa

REVISÃO

Josélia Moraes de Sousa

NORMALIZAÇÃO

Virginia Bittencourt Tavares Conceição Neves

Trovão, José Ribamar

O processo de ocupação do território maranhense / José Ribamar
Trovão. – São Luís: IMESC, 2008.

38 p.: il.

(Cadernos IMESC, 5)

ISBN 978-85-61929-06-0

1. Distribuição Espacial – Povoamento – Maranhão.
I. Título. II. Série.

CDU 911.372.2 (812.1)

JOSÉ RIBAMAR TROVÃO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
MARANHENSE**

Cadernos IMESC 5

**São Luís
IMESC
2008**

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

CONSELHO EDITORIAL

Raimundo Nonato Palhano Silva

Presidente

Francisca Zubicueta

Hiroshi Matsumoto

Jane Karina Silva Mendonça

Jhonatan U. P. Sousa

João Batista Ericeira

José Ribamar Trovão

José Rossini Campos do Couto Corrêa

Josiel Ribeiro Ferreira

Madian de Jesus Frazão Pereira

Rosemary Paiva Marques Teixeira

Tetsuo Tsuji

Presidência do IMESC

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N – Edifício Clodomir Milet – 6º andar - CALHAU

São Luís-MA | CEP 65074-220

(98) 3218 2176

(98) 3218 2394 (Fax)

Diretorias de Pesquisa/Coordenadoria de Informação e Documentação

Av. Senador Vitorino Freire, S/N – Edifício Jonas Soares – 4º andar – AREINHA

São Luís-MA | CEP 65030-015

(98) 3221-2353

(98) 3221-2504

www.imesc.ma.gov.br

www.seplan.ma.gov.br

www.ma.gov.br

APRESENTAÇÃO

A série editorial “Cadernos IMESC”, editada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, objetiva resgatar o debate público sobre temas contemporâneos e relevantes da realidade maranhense, com vistas a contribuir para o planejamento do desenvolvimento sustentável do Maranhão.

Essa iniciativa integrante do Plano Editorial do IMESC para sua consecução contou com pesquisadores de várias áreas do conhecimento que colaboraram no desenvolvimento de estudos e pesquisas abordando a reflexão sobre temas cruciais para a sociedade e para o governo estadual.

Existe uma verdadeira lacuna na área dos estudos maranhenses, talvez explicada por nosso olhar pessimista às coisas da terra, abrumando assim, as tentativas de compreender em termos claros e resolutos nossos problemas.

No momento atual o conhecimento é valor imprescindível e estratégico para o sucesso de qualquer sociedade no mundo, fundamental para uma inserção soberana e competente, cuja base está nas inteligências mobilizadas e articuladas em torno de um objetivo comum.

As fronteiras arcaizadas entre o prático e o teórico são cada vez mais tênues, a construção de um pensar prático é decisivo para a sobrevivência num mundo em constante torvelinho.

O desafio dos “Cadernos IMESC” é ousar e, ao mesmo tempo, romper com essas fronteiras, para desenvolver idéias originais e aplicáveis, necessárias ao avanço do conhecimento que cose as bases da transição entre o hoje e o amanhã, do Maranhão atual e para um Maranhão Grande, culminância da ruptura com os tradicionais processos de descontinuidade que marcam a formação histórica maranhense.

O novo planejamento público que estamos construindo com a participação ativa da sociedade, para cumprir seu desafio histórico, deverá ser um ente público estimulador e dinamizador das várias forças estratégicas associadas ao desenvolvimento sustentável: a força da economia, a força da educação, a força da política, a força da sociedade organizada, a força da cultura e sobretudo, a força do conhecimento.

Abdelaziz Aboud Santos
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO	12
2.1 A Frente Litorânea	13
2.2 A Corrente Pastoril	17
2.3 A Frente de ocupação dos migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste.....	24
3 O PERFIL DO INDÍGENA NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARANHENSE	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	35
PERFIL DO AUTOR	36

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE*

José Ribamar Trovão

1 INTRODUÇÃO

Considerando a colonização de outras áreas do Brasil, a do Maranhão processou-se bem depois, em que pese o projeto de expansão portuguesa.

A partir do século XVI os donatários Aires da Cunha, João de Barros e Manoel Álvares de Almeida organizaram uma armada composta por 900 homens e 100 navios destinados a ocupar sua capitania, o que infelizmente não aconteceu, pois naufragaram antes de alcançar São Luís (MEIRELES, 1980). Outras tentativas foram desenvolvidas por outros donatários que, como a primeira, fracassaram.

Segundo ANDRADE (1984:33), antes de Cabral aportar no Brasil, as costas maranhenses foram visitadas por Alonso de Hojeda, Vicente Pison, Diego de Lepe e outros navegadores que por aqui estiveram procurando passagem para o Peru, mas que, ao mesmo tempo pesquisaram o litoral maranhense, o que no entanto, não significa ocupação.

Para CABRAL (1992) os franceses podem ser considerados a segunda tentativa de ocupação, uma vez que desde 1524 visitavam sistematicamente o litoral maranhense, oficializando a sua presença a partir de 1612.

Pela sua importância como centros açucareiros, Pernambuco e Bahia foram os dois Estados que mais contribuíram para a expansão pastoril, uma vez que desses Estados ramificaram-se caminhos que, abertos por particulares tiveram como propósito a direção do sertão.

Na região fumageira da Bahia o couro foi utilizado para proteger o tabaco, enquanto que para a região aurífera de Minas Gerais os rebanhos foram levados para abastecer de alimento. Mesmo assim o pastoreio tornou-se incompatível com a indústria açucareira, pois à medida que o rebanho crescia, necessitava de maior área para pastagem, influenciando assim no espaço de expansão açucareira.

Outro fator que colaborou para a interiorização dos rebanhos foi a disponibilidade de terras, uma vez que a forma extensiva da criação necessitava de áreas mais extensas. Assim,

* Esta pesquisa foi produzida no âmbito do projeto “Ciclo de Estudos e Idéias sobre o Maranhão” do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, iniciado em 2007, contando com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA.

desviando-se dos canaviais e utilizando a abundância de pastos naturais os currais invadiram os sertões.

Pode-se afirmar que o gado e a cana-de-açúcar formaram um consórcio que, sincronizados, foram o embrião para a ocupação dos sertões nordestinos e conseqüentemente do Maranhão.

VELHO (1981:24) considera que, pela preferência dada pelas terras férteis da Zona da Mata próxima do litoral, restou aos rebanhos bovinos interiorizassem-se.

As notícias auspiciosas que chegaram à França sobre o Brasil testemunhadas pelos rendimentos auferidos pelos produtos tropicais, o fracasso da colônia fundada por Villegagnon no Rio de Janeiro e o desejo de expansão colonial da França no século XVII, serviram de estímulo para que os franceses, com o apoio da sua Coroa desejassem instituir uma colônia no norte do Brasil, o que resultou com a ocupação da Ilha do Maranhão em 12 de Agosto de 1612, entre a foz dos rios Anil e o Bacanga, por uma expedição francesa comandada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, composta por 3 navios com aproximadamente 300 homens e que, ao se estabelecer escolheu para nome do local São Luís, em homenagem ao rei da França (ANDRADE, 1984:35).

A escolha do local para a sede da colônia francesa não se deu por acaso, uma vez que a sua estratégica posição era a que melhor servia aos propósitos da Coroa Francesa. Dentre as vantagens, destacaram-se:

- Ser localizada numa ilha, o que dificultaria um confronto com os portugueses;
- Situar-se no centro de um golfo;
- Estar localizada entre duas baías, para onde convergem os rios Mearim, Pindaré e Grajaú (baía de São Marcos) e Itapecuru e Munim (baía de São José);
- Facilidade de se deslocar pelo mar para o oeste (Amazônia) zona mais úmida e de floresta, favorecendo portanto a extração de madeira;
- Facilidade de navegar em direção a costa oriental, área favorecida pela oportunidade da exploração de salinas nos apicuns e lavados e pecuária, nos campos de várzea e nos serrados.

As vias de comunicação que determinaram a ocupação do Maranhão estão representadas pelo sistema hidroviário, uma ocupação linear acompanhando os rios ou o litoral, utilizando principalmente os estuários dos rios e mais tarde, pelas rodovias que começaram a surgir

a partir da década de 50 do século XX e se acentuaram na década de 60, quando o Maranhão começou a adquirir uma certa individualidade.

Antes do advento das rodovias, as áreas de ocupação eram bem distintas, tanto na origem como na estrutura social e, quanto ao desenvolvimento, permaneceram praticamente isoladas umas das outras. O litoral, a baixada e os médios e úmidos vales (parte da planície fluvial), gravitavam em torno de São Luís, servidos por precária navegação fluvio-marinha, uma vez que a cidade citada a aquela época se destacava pela sua riqueza histórica e cultural, sendo inclusive capital de um Estado.

“Em 1621 cria-se o Estado do Maranhão, que ia do Ceará ao Pará, e respondia diretamente a Lisboa. Só será extinto definitivamente em 1774. Segundo Sodré, daí por diante o Estado do Maranhão oscilará ao influxo de seus extremos, de características diferentes, o Maranhão propriamente dito e a Amazônia” (VELHO, 1981:17). (Fig. nº 01).

O sul, a partir do centro, graças aos caminhos deixados pela penetração do gado, sofria a influência direta da Bahia e Goiás, enquanto o oeste era atraído para o Pará, através da facilidade de navegação pelo rio Tocantins.

A ferrovia São Luís/Teresina influenciou a economia do Vale do Itapecuru, uma vez que, passando por Caxias, atravessou o rio Parnaíba, atraindo a economia de parte do médio vale desse rio, inibindo a influência comercial do porto de Parnaíba, no município de igual nome, no Piauí.



Fig. 01 Primeira divisão política do Brasil

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A ocupação do espaço maranhense e a sua colonização desenvolveu-se através de duas frentes de expansão, em áreas geográficas distintas, uma pela planície via litoral, tendo como ponto de partida o Golfão Maranhense, e a outra pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o médio vale do rio Parnaíba (sertão de Pastos Bons). Aquela tendo como principal elemento econômico a agro-exportação e esta a pecuária, e que, por isso apresenta características próprias, com relações sociais e comportamentos socioculturais bastante definidos.

Portanto, a identidade maranhense obedece, e por isso mesmo é resultado do caráter de transitoriedade ambiental natural do Estado e dos dois movimentos colonizadores, com tendências e padrões socioculturais específicos, característicos dos dois espaços ocupados: o primeiro na planície, ligado ao domínio europeu colonizador (francês, holandês e português) cujo domínio se desenvolveu entre fortificações, conflitos entre colonos e religiosos missionários, entre a influência da Companhia do Comércio do Maranhão e do Grão Pará, e que se imortalizou na história pela revolta de Beckman e pelas reformas pombalinas. É a ocupação que deixou como herança um rico patrimônio cultural alicerçado na economia da cana-de-açúcar e principalmente do algodão, e que deu à capital a alcunha de Atenas Brasileira (Fig. nº 02).

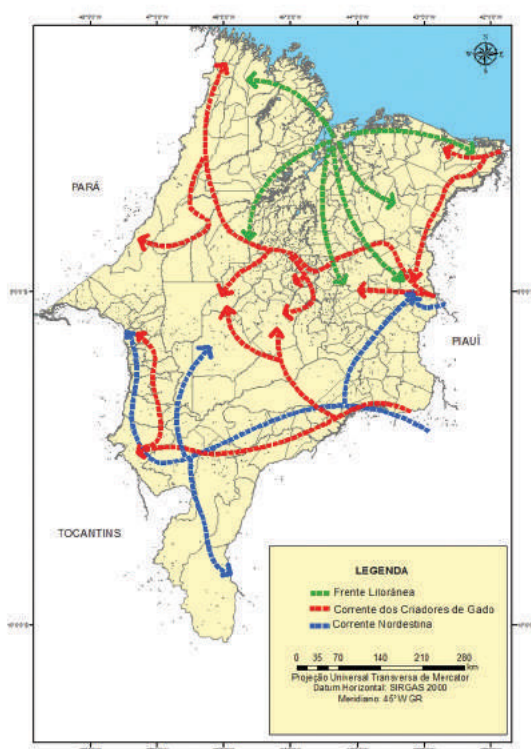


Fig. 02 Frentes de Ocupação

2.1 A Frente Litorânea

Os limites geográficos do Brasil de hoje foram estabelecidos graças aos movimentos de expansão acontecidos “a partir do século XVI, do litoral Atlântico em direção ao interior do continente (VELHO, 1981:11). O Maranhão não foi uma exceção. Tanto o processo de conquista francesa, como a posse definitiva portuguesa, se desenvolveram inicialmente pelo litoral espalhando-se timidamente no sentido oeste e leste, e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhenses. Essa realidade não poderia ser outra, uma vez que, as rodovias inexistiam e os caminhos que iam surgindo margeavam os rios, desenvolvendo assim uma ocupação linear.

Formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos índios domesticados, um dos objetivos da frente litorânea foi garantir a ocupação do espaço, e uma de suas tarefas mais árdua foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra – os índios.

Os mecanismos desenvolvidos para utilizar o braço indígena não foram de maneira nenhuma pacíficos sendo quase sempre com requintes de violência, em forma de sujeição religiosa (a catequese), destruição e escravidão de grande número de indivíduos de inúmeras nações indígenas do Maranhão.

O choque entre colonizadores e indígenas teve início na ilha e no litoral ocidental onde viviam os índios tupinambás, sacrificados com maior intensidade entre 1616 e 1619 pelo capitão de Entradas Bento Maciel Parente, nomeado chefe de Guerra aos Tupinambás e Matias de Albuquerque, filho do governador Jerônimo de Albuquerque, que travaram violento combate com grande mortalidade (CABRAL, 1981).

A dinâmica da frente litorânea teve como ponto de partida a Ilha de São Luís, distribuindo-se em seis direções, utilizando o mar e os rios uma vez que estes representavam na época as únicas vias de ocupação.

Duas ramificações se desenvolveram ao longo do litoral por via marítima e fluvial. Em direção ao oeste, até a foz do rio Gurupi, ocupação facilitada pelas reentrâncias, principalmente aquelas onde há foz de rios, por onde, penetrando à montante fundaram portos, através dos quais exportavam os produtos agrícolas cultivados mais para o interior do continente. Dessa ocupação resultaram cidades antigas, a exemplo de Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiçu e Carutapera e que do território desses municípios desmembraram outros.

Referidas cidades tinham um encanto, um bucolismo todo especial, eram as “cidades-fazendas”.

CABRAL (1992) citando Betendorf (1910) relata:

Houve uma peleja muito grande em que se feriram uns aos outros e iam acudindo os Tremembés, parte os mortos à flexadas dos índios da tropa, parte às pelouradas dos brancos, que com as suas armas de fogo faziam grande estrago.

Cita também:

... os índios aliados, travando das crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores; e, de uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 inocentes

A segunda ramificação acompanhou o litoral e a costa oriental e, além de ter sido planejada para o desenvolvimento da pecuária e exploração de salinas tinha também como finalidade a comunicação com Ceará e Pernambuco. Ambas tinham algo em comum: o apresamento de índios, daí terem encontrado grande dificuldade pela resistência dos índios Tremembés que viviam na região do delta do rio Paraguaçu (atual rio Parnaíba).

Além dos portugueses e seus descendentes, a corrente do litoral teve grande participação dos jesuítas, dentre os quais destacou-se João Tavares, cuja catequese desenvolvida em 1722 premiou-lhe com o cognome de Apóstolo dos Tremembés, pela sua contribuição na subjugação dos índios já citados.

O avanço dessa frente alcançou Pastos Bons, unindo a corrente do litoral com a do sertão.

A ramificação da corrente do litoral que penetrou à montante do rio Itapecuru foi a mais importante a ponto de tornar o referido rio a principal via de penetração em direção ao interior do Estado. Inúmeras razões colaboraram para isso: o rio é o mais extenso, apresenta vales férteis, e àquela época, favoráveis condições de navegabilidade, aproximando assim o litoral do sertão e até mesmo de outros Estados, a exemplo de Piauí e Bahia.

O processo de ocupação do vale do Itapecuru, no entanto foi lento e difícil principalmente pela resistência dos índios Uruatis, Caicazes, Guanazes, Guanarés e Barbados (CABRAL, 1992).

O primeiro trecho da bacia do Itapecuru a ser ocupado deu-se próximo à sua foz. Esta ocupação, no entanto, teve maior expressão entre 1641 e 1644, ocasião em que o domínio holandês instalou ali mais seis engenhos.

Paralelo à ocupação assoreana que se processou por ordem da coroa portuguesa, e da invasão holandesa, estavam os jesuítas que dirigiam um engenho de açúcar até que, em 1649 foram atacados pelos índios Uruatis, que assassinaram alguns religiosos.

Embora lenta e sempre nas proximidades dos rios, a frente avançava. O rio era a sua identificação, não só porque as partes inferiores dos vales eram mais úmidas, mas principalmente pela sua utilização como única via de escoamento da produção para o centro de maior consumo e comercialização, a então sede da província – São Luís. Gradativamente, os outros vales foram sendo ocupados. Durante o governo de Gomes de Andrade (1685/1687), a frente iniciou a ocupação dos vales do Mearim e do Munim, ocasião em que foram feitos contato com as tribos dos Caicazes, Guanarés, Guanazes e Barbados (estes últimos considerados bastante violentos). (op. cit)

É inegável que essa frente desenvolveu processos de conquista violentos, destacando-se a destruição dos Guanazes em 1691 e da oficialização, da destruição dos índios, uma vez que a coroa portuguesa expediu inúmeras cartas régias no sentido de prender os índios para transformá-los em escravos.

“Os aprisionados poderiam ser vendidos em praça pública, para aplicação do apurado na amortização das despesas de guerra e dos quintos, destinando-se os saldos por ventura para o governador e participantes das expedições” (CABRAL, 1992).

Os jesuítas também tiveram uma significativa participação na ocupação do vale do Itapecuru, uma vez que, em ação conjunta com as armas dos colonizadores, a catequese, embora acobertada por sentimentos religiosos, sujeitava os índios ao mesmo tempo em que abria fronteiras.

Com o ataque dos índios Kricatis ao engenho, os jesuítas suspenderam temporariamente a sua participação voltando, no entanto, a partir de 1670, quando fundaram nas proximidades do Golfão Maranhense as missões de São Gonçalo e São Miguel. Em 1726 fundaram a missão dos Guanarés e em 1730 a dos Barbados e, sempre avançando, em 1741 atingiram Aldeias Altas, onde fundaram outra missão, que deu origem à cidade de Caxias, onde instalaram um seminário freqüentado por jovens da região do Piauí e de Goiás.

De um certo modo, os jesuítas foram assim como os criadores de gado, responsáveis pelo encontro das frentes do litoral e do sertão, isso porque, embora lentamente chegaram até Pastos Bons. Desse modo, completou-se a ramificação da frente do litoral através do vale do Itapecuru.

Como via de ocupação que fez parte da frente de ocupação que partiu do litoral, o rio Mearim teve a exploração do seu vale iniciada pelos franceses que descobriram enxofre às suas margens. Gradativamente foram surgindo engenhos e fazendas ao longo do vale, tendo sido considerado por Berredo, conforme cita CABRAL (apud) o “PRÍNCIPE SOBERANO DE TODOS OS RIOS DA CAPITANIA DO MARANHÃO” e através do qual assim como pelo rio Grajaú, entraram em contato com a frente pastoril.

Quanto aos religiosos, além dos jesuítas, os mercedários tiveram um papel relevante na ocupação do vale do Mearim, principalmente junto às tribos dos Canelas. Desse processo resultaram os povoados do Mearim, do Arraial dos Mineiros ou Piedade, este último tendo como pioneiros mineiros que ali chegando em busca de ouro fixaram-se mais tarde. O povoado Mearim recebeu mais tarde o nome de Baixo Mearim, depois Vila da Vitória e atualmente Vitória do Mearim.

A ocupação à montante do rio Pindaré deixou um legado histórico infeliz. É que em 1616 o capitão Bento Maciel Parente auxiliado pelos jesuítas, desenvolveu uma guerra mortífera contra os índios Guajajaras que ali moravam. Dessa ocupação resultaram as missões de Maracu, atual cidade de Viana na Baixada Maranhense. Nessa região, os jesuítas plantaram um verdadeiro domínio econômico, criando várias fazendas de gado a ponto de LEITE (1943) apud CABRAL (1999) ter comentado que “NÃO FICOU UM RECESSO POR MAIS OCULTO OU DISTANTE QUE NÃO FOSSE POR ELES DEVASSADO E PALMILHADO” basta, para isso, citar que abriram uma estrada entre Maracu (atual Viana) e Belém, estabelecendo assim comunicação direta com os religiosos do Pará.

O avanço da corrente através do vale do Munim, deu-se principalmente pela proximidade com o Piauí, utilizando para isso a navegação pelos rios Munim e Igará, assim como garantia a segurança do transporte do ouro que, oriundo das áreas de mineração utilizavam esse

caminho hídrico para alcançar São Luís, para o que se fez necessário a construção da fortaleza do Iguará.

Desse processo de ocupação resultaram vários núcleos, destacando-se a fundação da vila de Icatu, na foz do rio Munim, para a qual a Coroa Portuguesa transferiu 50 colonos de São Luís e uma parte dos índios que foram presos no Cabo Norte, na capitania do Grão Pará, transferência dos índios Anapurus para as proximidades da vila, para onde removeram também os índios Tacunhapes e, sempre no intuito de povoar a vila de Icatu, venderam por preços módicos para os colonos ali residentes trinta escravos (CABRAL, 1992).

Um século após a ocupação portuguesa o povoamento estava apenas em torno das baías de São Marcos e São José, ocupando a Ilha do Maranhão, no continente ao noroeste com Alcântara, nos baixos vales dos rios Mearim e Pindaré na Baixada Maranhense, onde havia fazendas de gado e nos vales inferiores dos rios Itapecuru e Munim, representado principalmente por Icatu, cujo povoado fica na foz do rio Munim (ANDRADE, 1974).

Na realidade, não houve inicialmente tentativa de ocupação do interior.

Os fatos até aqui citados podem ser considerados como aqueles que definiram o avanço da frente litorânea.

Resta ainda registrar a participação das ordens religiosas que, mesmo sem chegarem a constituir uma frente, com o pretexto de evangelizar através da catequese, comportaram-se como complemento dessa frente de ocupação, destacando-se os capuchinhos, os carmelitas, os franciscanos, os mercedários e principalmente os jesuítas. Referida influência só desapareceu quando do reinado de D. João I, com o cerceamento do poder temporário dos missionários sobre os aldeamentos indígenas e logo após com a expulsão dos jesuítas.

2.2 A Corrente Pastoril

O crescimento do pastoreio no sertão nordestino na medida em que avançava, fazia-se necessário afastar-se da área canavieira, uma vez que o capital, a mão-de-obra e a terra onde se produzia cana-de-açúcar e conseqüentemente o açúcar, não podia e nem devia ser atrapalhada. Portanto, ao se desviar dos engenhos mais próximos do litoral, o boi abriu caminho em direção ao sertão.

Terras era o que não faltava; infindáveis, com pastos naturais em abundância, pastos feitos, um convite irrecusável à penetração dos currais.

Como já foi citado, Pernambuco e Bahia foram os dois Estados centros defensores do gado. Entretanto, o foco de dispersão foi Olinda e Salvador. Deste, desenvolveu-se uma frente que

alcançou as margens do rio São Francisco, cuja rapidez de deslocamento resultou da abundância de terras de baixa produtividade, assim como a pouca necessidade de mão-de-obra, possibilitando a que, cada vaqueiro se responsabilizasse por até 300 animais (CABRAL, 1992).

As relações de trabalho estavam centradas na partilha; o vaqueiro não tinha salário fixo, sua remuneração era em espécie. A cada 5 anos de trabalho, recebia como pagamento do seu serviço, a quarta parte dos bezerros (as) nascidos nesse período, o que favorecia a que, depois de um certo tempo, o vaqueiro pudesse se estabelecer por conta própria (VELHO, 1981). Isolados, as relações com o litoral só se estabeleciam quando das feiras de gado.

Um dos traços característicos do povoamento do sertão foi a iniciativa privada. A dispersão inicial (baiana) alcançou o vale do rio São Francisco, tomando duas direções. Uma à montante do vale, que favoreceu o abastecimento de carne na área das minas. A outra, dirigindo-se para o nordeste, ocupou o interior do Ceará e do Piauí. No início do século XVIII alcançou os campos cerrados do sul do Maranhão.

O movimento colonizado e que se especializou no planalto maranhense pelo sul tem o seu cordão umbilical nas caatingas nordestinas (CABRAL, 1992:22) cujos povoadores tiveram como elemento econômico propulsor o gado, cujos criadores e vaqueiros, partindo do vale do São Francisco, disputaram com os indígenas de confrontos na maioria das vezes marcados pela violência, as terras de campos cerrados, próprias para o pastoreio. Assim, a ocupação do alto sertão maranhense se processou tardiamente, se levar-se em consideração a ocupação das áreas mais próximas do litoral. Uma diferença de aproximadamente um século.

Desse modo, a ocupação do sertão maranhense tem suas raízes na corrente pastoril baiana, que por sua vez está ligada a agroindústria açucareira.

Dentre as particularidades que identificam a ocupação do sertão maranhense destacam-se:

- Aconteceu 118 anos após o início da ocupação do litoral;
- A importância do gado para a expansão econômica açucareira;
- Como transporte da cana-de-açúcar entre a área de produção e a área de industrialização;
- Como força motriz para movimentar os engenhos;
- Como alimento básico no fornecimento de carne e leite;
- O couro para utilização na confecção de artefatos domésticos (cadeiras, camas, tamborete (mocho), baús e alforges) (para transporte de grãos, objetos, e às

vezes para alimentar animais cavalos e jumentos) amarravam a cabeça dos mesmos o alforge repleto de milho ou semilares);

- A lenta decadência da atividade açucareira;
- O enfraquecimento das relações econômicas da pecuária com a economia açucareira;
- A demanda do mercado, que incentivou a expansão;
- A expulsão do pessoal ligado à indústria açucareira que se engajou nos rebanhos;
- O caráter ultra extensivo da pecuária;
- O nível de investimento baixíssimo na pecuária.

O grande vazio demográfico, em que pese a presença indígena que, indubitavelmente criou inúmeros problemas, a inexistência de fronteiras que tinha como limite o horizonte possibilitaram o avanço contínuo, embora lento, dos vaqueiros e seus senhores; daí em meados do século XVIII terem ocupado através de inúmeras fazendas o vale dos rios Balsas, Neves (afluente do Balsas) e Alpercatas. Em consequência disso surgiu mais tarde, próximo a foz do rio Balsas a aldeia de São Felix de Balsas, atual sede do município de mesmo nome.

Além disso, a expansão do povoamento foi também favorecida pelo caráter intensivo da grande propriedade, tanto agrícola como pecuária, sempre em busca de novas terras devido ao desgaste que ocasionava ao solo.

Segundo CABRAL (1992:22), a ocupação do sertão maranhense representa um outro momento que espacializa-se no planalto pelo sul do Estado. É aquele que tem o seu cordão umbilical nas caatingas nordestinas, cujos povoados tem um elemento econômico popular – o gado, em que, criadores e vaqueiros, partindo do vale do São Francisco, disputaram com os indígenas, a ocupação do espaço.

É importante fixar a idéia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais.

Numa espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores, cuja ausência, por sua vez, ajudava a perpetuar suas características. Nessas condições, a mata se lhe apresentava como um obstáculo praticamente intransponível, e permaneceria basicamente como uma espécie de reserva a ser explorada.

Em 1617, segundo CARVALHO (2000) o vale do Parnaíba era totalmente desabitado. Baseada em Francisco de Paula a autora afirma que segundo referido autor “... em 1718,

vivia ali amontoado o peso enorme do gentílico emigrado da nossa beira-mar. Diz ainda que Cândido Mendes afirmou que os primeiros ocupantes, vindos do Piauí, ocuparam a região a partir de 1730”, daí as primeiras fazendas terem se instalado à margem do Parnaíba.

se acaso os sertões dessa província não recebessem colonos pelo Piauí, desde 1730, que ocuparam sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins, talvez ainda hoje (1852) não fossem conhecidos.

Embora a ocupação do sul maranhense tenha se processado no sentido leste/oeste esparsamente, a região era conhecida, principalmente nas proximidades dos rios e especialmente o vale do Tocantins.

Há inúmeras referências de expedições que estiveram no vale do Tocantins, não necessariamente em território maranhense. Um exemplo foi aquela formada pelo padre Antonio Vieira e mais três religiosos, (Sebastião Marinho, Domingos Rodrigues, Pedroso Alvarenga e Bartolomeu Bueno, além de vários jesuítas. Essas expedições, levaram a Coroa Portuguesa através da Carta Régia de 12 de Maio de 1798, tornar sem efeito a proibição de navegação.

Em 1733, Portugal proibiu a abertura de novos caminhos pelo vale do rio Tocantins. Em 1737 ampliou a proibição impedindo qualquer tipo de navegação pelo aludido rio. Em ambos os casos, o motivo principal foi o perigo que essa via de comunicação representava para o contrabando do ouro.

Em 1798, a Coroa Portuguesa, através da Carta Régia de 12 de Março, não só restabeleceu a navegação pelo rio, como também delegou outras atribuições, dentre elas a construção de um presídio na foz do rio Manoel Alves Grande (afluente do rio Tocantins), onde havia a fazenda Mirador, de Elias Ferreira de Barros, uma das primeiras da bacia do Tocantins.

A primeira parte do sertão maranhense ocupada foi o vale do Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado. Segundo VELHO (1981:24), em 1751 havia 44 fazendas de gado em Pastos Bons. CABRAL (1992:109) baseada em relatos de Francisco de Paula, afirma que “em 1819 a população da ribeira do Parnaíba era a mais antiga de todo o distrito e por isso, a mais numerosa. Essa povoação deu origem na década de 1740 ao povoado de Pastos Bons, que serviu de ponto de partida e apoio para o avanço da frente pecuarista, daí o fato de considerar-se que o povoamento do sul do Maranhão ter começado pelos sertões de Pastos Bons, cuja toponímia é resultado de pastos irrigados por numerosos e perenes rios e córregos e clima ameno que graças a exuberância da mata ciliar mantinha protegida.

Essas características de campos naturais, além de ser a motivação principal para a expansão pastoril criou condição para que as correntes avançassem diversificando-se em varias direções.

Desse modo, a presença de campos naturais, a riqueza hídrica, além de grandes extensões de terra de ninguém, além de serem os fatores favoráveis, foram também, condições indispensáveis para o tipo de pecuária próprio da época, ou seja, pecuária extensiva e itinerante.

Ratificando a afirmação de Velho, Cabral revela que no século XVIII havia na Freguesia de Pastos Bons 44 fazendas e que, na década de 1770, 60 léguas de terras estavam povoadas, oportunizando para que o gado fosse o “único objeto de comercialização da região”.

Uma vez que a ocupação da área se processou através de caminhos tracejados pelos vaqueiros que vieram do sertão nordestino, é natural que os referidos caminhos continuassem favorecendo a preferência de comunicação com o nordeste, especialmente Pernambuco e Bahia e em contrapartida, isolando essa parte do Maranhão do litoral. Essa ligação serviu de instrumento para que em 1770, ao elevar o povoado de Pastos Bons à condição de vila, D. José I tenha determinado a jurisdição da nova Vila subordinada a Oeiras, vila do Piauí mais próxima e mais próspera, que mais tarde veio a ser a sede da Província, até que, foi substituída por Teresina.

Embora no século XIX o rio Itapecuru estivesse navegado até Caxias, a topografia não favorecia que essa navegabilidade aproximasse mais o contato com Pastos Bons.

A ligação econômica com o litoral maranhense, portanto, desde essa época, mantinha-se bastante frouxa; ainda mais dada a decadência da economia algodoeira. Era disputada inicialmente pelo poder de polarização da Bahia, depois pelo do Pará; tal como, em nossos dias, também pelo nordeste e sul do país.

Todos esses contatos, no entanto, até época relativamente recente, não devem ser exagerados; mantém em geral um alto grau de isolamento (a que é exceção, em parte, à época do auge da borracha); o que não impede que a sua quase excepcionalidade lhe confira significado quando percebidos, não em função da experiência contínua dos habitantes da área, mas com a ótica da história.

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, prosseguiu a expansão pastoril no Maranhão. Atravessaram o Tocantins, ocupando os campos do norte de Goiás, entre o Tocantins e o Araguaia. Para o leste, por volta de 1840 criaram Barra do Corda, junto a um afluente do Mearim. A expansão agora parecia fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitiria uma densidade como já foi mencionado. De Pastos Bons saíram expedições em todas as direções e ao mesmo tempo, espalhavam-se fazendas de gado. A

primeira expedição que dali partiu alcançou o vale do Tocantins em 1806 e, após essa, muitas outras surgiram.

A proporção que a conquista se acentuava, o gado devassava terras, vasculhava os rios e, ao mesmo tempo expulsava e dizimava os índios. Desse avanço surgiram vários povoados como Riachão em 1808 (fundado por Manoel Coelho Parede) e à margem oriental de um dos meandros do rio Tocantins os goianos fundaram São Pedro de Alcântara, efetivando-se assim o encontro de duas frentes pastoris; a goiana e a baiana, ao mesmo tempo, em que esse processo de ocupação iniciava questionamentos sobre os limites entre as duas províncias; Maranhão e Goiás.

A fim de oficializar o domínio na área, o governo goiano nomeou Pinto de Magalhães como comandante e capitão de liderança do povoado de São Pedro de Alcântara, deixando a catequese aos cuidados do Pe. Gurgel de Cerqueira.

Em 1816, por recomendação régia demarcaram o limite do território entre as duas províncias, usando como divisas os rios Manoel Alves Grande e o Tocantins, incorporando assim São Pedro de Alcântara às terras maranhenses.

Os goianos, não ficaram satisfeitos com a demarcação. Assim é que em 1820 o fazendeiro Antonio Moreira da Silva, ao fundar do lado de Goiás a povoação Santo Antonio das Três Barras em 1825 foi aconselhado pelo deputado Pe. Luís Gonzaga Camargo que mudasse o nome da povoação para Carolina em homenagem à imperatriz brasileira. Depois de elevada à condição de vila, o governo goiano resolveu em 1834, transferi-la para a antiga povoação maranhense de São Pedro de Alcântara, uma vez que considerava sob sua jurisdição todo o território de Carolina, que ocupava no lado oriental, do rio da cachoeira de Santo Antonio à foz do rio Manoel Alves Grande. Isso provocou uma séria disputa entre as duas províncias limítrofes, especialmente pelos moradores das margens dos rios da Lapa, Sereno, Farinha e da Vila de Riachão.

A questão só foi definitivamente solucionada, com a aprovação em 1854, pelo Congresso Nacional, da lei nº 1773, de 23 de agosto que definiu, como divisa entre as duas províncias a mesma linha anteriormente fixada pelo Auto da Demarcação.

Carolina (antiga São Pedro de Alcântara) tornou-se mais tarde a mais importante vila do alto sertão influenciando culturalmente e comercialmente todo o médio Tocantins dos territórios das duas províncias banhados por esse rio.

Sobre esse assunto, CABRAL (1992:117) citando Capistrano de Abreu transcreve:

Graças a criadores que se estabeleceram naquela região (Pastos Bons) os maranhenses conseguiram dilatar seus limites e tomar de Goiás o território de Carolina... Não é muito, mas ao passo que Pernambuco minguava, o Maranhão crescia.

Em 1855, a fim de evitar novos desentendimentos em áreas de divisas, o governo do Maranhão fundou à margem ocidental do Tocantins o povoado de Porto Franco, em frente a povoação goiana de Boa Vista (atual Tocantinópolis).

Um outro fato parecido aconteceu com Imperatriz. A indefinição das divisas entre o Maranhão e o Pará, assim como as áreas de pastagem próximas, favoreceram a que, por interesses políticos o governador do Pará recomendasse ao Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, que conhecia o vale do Tocantins em função das missões ali praticadas, que criasse uma vila em território do Pará próximo de onde devesse limitar com o Maranhão (CARVALHO, 2000:52)

O espaço escolhido pelo frade foi uma área aberta, chamado popularmente campo falso, um pouco acima da foz do Araguaia, fundando ali a povoação de Santa Teresa de Imperatriz.

Ao ser definido, em 1852, a divisa entre Pará, Maranhão e Tocantins foi constatado que Imperatriz estava na jurisdição do Maranhão.

Até a primeira metade do século XX, as opiniões sobre o futuro econômico de Imperatriz eram bastante pessimistas. Segundo CABRAL (1992:118) em 1940 Rodrigues deu a seguinte opinião: “esta pobre cidade, por falta de transportes fáceis e clima saudável, não progride; vegeta.”

Comentando, mais tarde a opinião acima, VELHO (1981) reflete: “Jamais se imaginava o crescimento que conheceria a partir de 1958, ao ser atingida pela Belém-Brasília.”

A partir da área do antigo município de Imperatriz a vegetação muda e conseqüentemente a paisagem, e em decorrência dessa mudança os vaqueiros procuraram novas áreas de campos contínuos, ocupando assim no século XIX as pastagens úmidas do vale do Grajaú, instalando ali inúmeras fazendas, de onde se originou a povoação Porto da Chapada que fundada em 1811 foi destruída em 1814 pelos índios Piocobgez. Mais tarde foi reconstruído com o nome de Vila do Senhor do Bonfim da Chapada ou simplesmente Chapada, para depois receber o nome atual, Grajaú.

Praticamente o sertão estava ocupado. Assim, através dos caminhos e trilhas abertos pelo gado, os fazendeiros planejaram alcançar São Luís pelo rio Grajaú. Construíram canoas e, com a colaboração dos índios no papel de guias e remeiros, passaram do rio Grajaú para o rio Mearim e, após enfrentar o mar pela baía de São Marcos, chegaram a São Luís. Tem-se assim, mais uma vez o encontro das duas frentes de ocupação, dessa vez em outra rota, que não era por Caxias.

2.3 A Frente de ocupação dos migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste

Embora a frente pecuarista tenha avançado até os vales úmidos do Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu, assim como a floresta amazônica em Imperatriz, o fez de maneira bastante superficial. Os vales úmidos só foram ocupados, assim mesmo de maneira bastante esparsa, na orla da mata, enquanto, ao aproximarem-se da floresta, o desaparecimento gradativo da pastagem, principal elemento motivados da ocupação, assim como o receio de ataque dos índios que tinham recuado para a floresta serviram de obstáculo para o avanço da frente pecuarista.

A corrente propriamente maranhense, aquela que partiu do litoral, que deu origem à civilização do babaçu, do arroz e do algodão, até o início do século XX só tinha alcançado os vales inferiores e médios do Itapecuru e os vales inferiores do Pindaré e Turiaçu, de maneira muito esparsa e pontual, não influenciando no conjunto da paisagem que transmitia o olhar de um grande vazio demográfico, onde a natureza florística e faunística dominava. Assim, pelo litoral, como já foi abordado, a corrente foi até aos médios vales e em alguns casos e em outros, só os vales inferiores, de maneira serpenteada, próximo aos cursos dos rios, enquanto a frente pastoril o fez, também, em função dos rios mas tendo os campos cerrados como área de atração. Desse modo, a frente do sertão parou exatamente ao sul da floresta equatorial e da mata tropical, enquanto a frente litorânea acompanhou os rios só até alguns trechos dos vales médios e o vale inferior. Ficou portanto um grande vazio demográfico entre esses dois processos de ocupação. Um vazio, cujo espaço é representado pelo fim do planalto, estendendo-se a partir das últimas ondulações do conjunto serrano central e a parte meridional da planície costeira e da baixada, ocupando, no entanto toda a planície fluvial (Figura 01). Desse processo de ocupação, a chamada civilização do babaçu, do arroz e do algodão resultaram algumas áreas urbanizadas como Bacabal, Pedreiras e São Luís Gonzaga do Maranhão (na época Ipixuna) no médio Mearim, Codó e Caxias no médio Itapecuru, Pindaré Mirim (ex Engenho Central) e Monção no médio Pindaré. Estas cidades ficavam quase sempre paralelas à costa numa distância de 200 a 300 km.

Referidas cidades regrediram ou estacionaram “com a queda do algodão no mercado internacional, após a guerra de secessão nos Estados Unidos e com a entrada do algodão egípcio no mercado europeu (VELHO, 1981:95)”, o que levou a economia do Maranhão a uma significativa redução das unidades de produção.

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e das dificuldades de absorção da mão-de-obra no próprio nordeste usaram como “portas” de entrada três

lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas através do Vale do Parnaíba, tendo como entradas Floriano e Teresina.

Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas.

Segundo VELHO (1981:96) “é uma hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção (leste/oeste do Maranhão) a partir de 1920...”

Dentre os fatos que caracterizam a corrente dos migrantes da seca destacam-se:

- a revitalização das cidades ribeirinhas que floresceram em função da agricultura algodoeira. Referidas cidades que, como portos serviam para o escoamento da produção do algodão, com o avanço da frente da seca, o espaço agrícola dos municípios antigos, que estavam sem opção econômica, foram gradativamente ocupados pela produção de arroz, que, por sua vez, utilizou as antigas cidades portuárias ribeirinhas para o escoamento da produção, revitalizando-as comercialmente;
- a pacificação dos índios Urubus. Devido ao perfil truculento desses nativos, durante muito tempo eles foram obstáculos para que se interiorizasse a ocupação que se desenvolveu a partir das margens dos rios. Com a sua pacificação nos anos 30 do século XX esse obstáculo foi vencido;
- a descoberta do ouro no Vale Turiaçu. Esse fato apressou a ocupação do vale, uma vez que a cobiça foi maior do que o medo dos ataques dos índios e dos animais ferozes;
- penetração definitiva nas áreas efetivamente novas e de florestas dos vales. Uma vez que a ocupação estava sempre nas proximidades da margem dos rios, a corrente nordestina, movida pela necessidade inerente da agricultura itinerante, possibilitou o avanço pela mata virgem da pré-amazônia à amazônia maranhense;
- estabelecimento de novas rotas de penetração. O fato das frentes nordestinas virem de diferentes estados, as afinidades através do parentesco e das afinidades econômicas e socioculturais definiram inúmeras rotas, das quais resultaram vários municípios maranhenses como: Lago da Pedra, Presidente Dutra, Olho d'Água das Cunhãs, Capinzal do Norte, além de inúmeros outros;

- o estabelecimento do perfil econômico do Maranhão como um Estado efetivamente agrícola. Antes dos migrantes da seca, a produção rural do Maranhão se equilibrava no algodão, no arroz e num pequeno período no extrativismo do babaçu. O migrante nordestino, embora tenha aprendido com o maranhense nativo o cultivo do arroz, não só diversificou e aumentou a produção, como dinamizou a produção de outros grãos, como o milho, de tubérculos como a batata e macaxeira (o maranhense, embora em pequena escala, já produzia mandioca) o feijão e outros, transformando assim os vales úmidos em um grande celeiro de alimentos.

A dinâmica da corrente dos migrantes da seca se processou no sentido leste-oeste. Entre 1910 estava no Vale do Parnaíba (médio e baixo).

O movimento inicial tendeu a repassar às áreas decadentes dos vales, trazendo-lhes um sopro de vida. A pacificação dos índios urubus, a penetração também nas áreas efetivamente novas e de florestas dos vales, a que se juntaram, então, os próprios nativos do Maranhão. Aos poucos estabeleceram-se determinadas rotas de penetração, onde uma das quais tendendo a ser preferida de acordo com a área de origem dos migrantes.

Flexionando-se, um dos ramos seguiu em direção à Caxias alcançando em 1920 o oeste de Codó (ANDRADE, 1969:82). Em 1940 atingiu Pedreiras, em 1950 reorganizava o espaço rural produtivo de Bacabal e em 1957 ocupou Santa Inês (naquela época denominado Arraial de Santa Inês) ponto de passagem para Turiaçu (área aurífera). Em 1959 fundou o povoado que deu origem ao município de Bom Jardim, em 1960 atingiu Chapéu de Couro (atual município de Governador Newton Bello) e em 1961 alcançou o posto do Alto Turi, às margens do rio Turiaçu, desviando-se a partir daí para o Vale do Gurupi.

O projeto de colonização do Alto Turi implantado pela SUDENE, ao organizar o plano diretor para o empreendimento, encontrou parcialmente distribuído entre Pindaré Mirim e Alto Turi 50 mil pessoas (VELHO, 1981:96), alguns remanescentes dos migrantes que se dirigiam para a área de seringais e castanhais e que ficaram antes de atingir o destino, ou então que dali tinham regressado.

Uma segunda ramificação partiu de Caxias, dessa vez em direção sudoeste, alcançando Barra do Corda, dedicando-se à pecuária e também em direção ao rio Tocantins, distribuindo-se entre Carolina e Imperatriz. Outros, dirigiram-se para os altos cursos dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré, estabelecendo-se nas matas ciliares (ANDRADE, 1969:84).

A ramificação que usou como “porta” Floriano, dirigiu-se para o oeste, de preferência para Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão e Carolina, dedicando-se

principalmente à pecuária. Outros, ocupam áreas novas das quais resultaram Paraibano, Presidente Dutra, São João dos Patos, além de outros municípios, dedicando-se principalmente à pecuária e a agricultura de produção de alimentos.

A partir de Floriano, um segundo ramo se dirigiu para o oeste, para Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Carolina além de outros, praticando preferencialmente a pecuária. Um terceiro ramo, saído de Caxias, buscou o sudoeste. Uma parte se dedicou à pecuária, na direção de Barra do Corda, mas também na direção do Tocantins, nos municípios de Carolina e Imperatriz. Outros procuraram as matas ciliares dos altos cursos do Mearim, do Grajaú e do Pindaré (ANDRADE, 1969:84). Em Imperatriz encontram a floresta. A parte do município preferencialmente ocupada a princípio foi a de campo. Porém a proximidade do novo tipo de fronteira agrícola nas matas ciliares a leste, que, além do mais, pelo seu modo de exploração foi aos poucos diminuindo a capacidade de assimilar maiores contingentes, como também a dificuldade da pecuária tradicional de absorver mais mão-de-obra, estimulou o avanço para a floresta amazônica. Tal como já ocorrera em outros lugares ao final da segunda Guerra Mundial, a construção de uma estrada, embora precária, na direção de Grajaú (1950) aumentou o fluxo populacional com o caminhão substituindo aos poucos nos trajetos maiores as viagens a pé, a cavalo e as tropas de burro.

Nessa etapa, o avanço da frente pouco afetou a cidade de Imperatriz, a não ser no sentido da nova estrada ter aumentado os contatos comerciais com Fortaleza e Recife, em detrimento de São Luís. Em 1956, havia, por exemplo, exclusivamente um caminhão registrado na prefeitura (1997). Buscaram preferencialmente o meio rural, onde surgiram diversos aglomerados. Aos poucos, dos próprios vales úmidos a leste começaram a chegar migrantes da primeira ou segunda geração que tinham dificuldades de terras e enfrentavam a ação dos grileiros. Juntaram-se então aos nordestinos propriamente ditos e aos maranhenses que são fruto de uma migração intergeracional, e que aos poucos predominou, seguindo-se os piauienses. Curioso que, como só aconteceu com relação a migrantes nativos ao penetrarem no Maranhão, os nordestinos ganharam fama de mais trabalhadores e lutadores, embora menos “delicados” do que os maranhenses. Ao penetrarem no Pará eles e, especialmente seus descendentes foram rotulados com a mesma fama em relação aos paraenses do baixo Tocantins, mas agora, identificados como maranhenses.

3 O PERFIL DO INDÍGENA NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARANHENSE

Faz-se necessário refletir sobre os fatos que aconteceram nesse processo de expansão.

Inegavelmente foi um movimento em que a violência predominou.

Uma vez que os campos ocupados pelos fazendeiros era o mesmo onde viviam os índios, é natural que estes, que viviam da caça não tivessem o conhecimento de posse. Para eles, o gado era um animal como qualquer outro que abatiam para a sua alimentação, enquanto o fazendeiro o tinha como sua propriedade. Resistindo sempre, os índios no entanto recuavam já que eram combatidos com arma de fogo.

Há inúmeros fatos citados por CABRAL (1992) dos quais foram selecionados alguns para ilustrar e dar consciência à civilização maranhense de hoje, que não foram só os africanos que sofreram. Comparado ao tratamento dado aos índios, donos idôneos desta terra maranhense eles foram, os negros; principescamente tratados principalmente porque representavam, na época, investimento de capital ou compromisso imperdoável de dívida, quando comprados fiado, o que era mais freqüente do que se possa imaginar.

Eis alguns fatos:

Século XVIII

Durante o século XVIII, quando a frente ocupou e se expandiu pelos altos vales dos rios Parnaíba, Itapecuru, Alpercatas, Balsas, Neves (seu afluente), os conflitos foram intensos.

Os amanajós, cuja tribo etnicamente era mais clara que os timbiras, foram os mais acessíveis quando da ocupação pastoril no Vale do Parnaíba.

Fraternalmente, deram o auxílio do seu trabalho pessoal e gratuitamente forneceram mandioca para os ocupantes fazerem farinha, milho, inhame, batatas, macaxeiras, bananas e mais produções de suas roças.

Resultado desse encontro, os amanajós foram aldeados próximo ao povoado de São Félix de Balsas. Entretanto, o núcleo não prosperou, o que resultou na evasão, em 1763 de muitos índios para o Piauí. Baseada em informações adquiridas através de Francisco de Paula, Cabral informa que no início do Século XIX, o aldeamento estava em completa decadência e degeneração, resumido a um pouco mais de vinte pessoas.

CARVALHO (2000) sobre o assunto revela que:

os amanajós receberam, em retribuição à sua generosidade, traições escravizações e... desapareceram da face da terra, sem nela deixarem mais que ossos – quando não carbonizados nos incêndios das ocas e a recordação de sua ingênua bondade.

Certamente, em represália à maneira como eram tratados, e a perda gradativa da terra, os índios, na minoria das vezes manifestavam grande hostilidade aos vaqueiros e/ou seus patrões. Como exemplo, cita-se a tribo dos Acaroá; referida tribo lá pelos idos de 1760 vivia ao sul do rio Balsas, excursionando por toda a região e até no Piauí. Dessa realidade Cabral transcreve de d'Alecastre:

Gueguê e Acaroá foram os que resistiram por mais tempo ao estabelecimento dos portugueses... naturalmente vingativos e turbulentos, mais se tornaram ainda depois de provocados, e a luta com os povoadores durou por muitos anos.

Para subjugar-los (os Acaroá), foram realizadas várias bandeiras na segunda metade do Século XVIII. A primeira em 1750, resultou da solicitação dos fazendeiros dos altos Parnaíba e Itapecuru, para pôr fim, segundo eles, às correrias dessas tribos provocando destruição de muitas fazendas, evitando assim enormes prejuízos aos seus proprietários.

Em 1758 foi assinado em Caxias um termo da junta (os atuais acordos), no sentido de desenvolver uma guerra defensiva contra os Acaroá e Timbiras. Referido termo justificava-se da necessidade de:

defender as vilas e fazendas e a conservação das Freguesias de Gurguéia (Piauí) e de São Bento das Balsas ou Pastos Bons (Maranhão), ameaçadas com as correrias desses índios que já tinham destruído algumas de suas fazendas.

Para efetivação do ataque, os fazendeiros de ambas as freguesias tiveram que fornecer quinhentas vacas, vinte e quatro cavalos e duzentos alqueires de farinha, o que é um testemunho da importância da agressão do citado empreendimento. O Estado participou com ferramentas, armas e munições.

Como resultado, os Acaroá depois de reduzidos foram aldeados em São Félix de Balsas. Entretanto, há registros de que em 1768 havia na Freguesia de Pastos Bons duas aldeias de índios: dos Amanajós e a de São Félix de Balsas, embrião do atual município deste nome.

Em 1771 mais duas campanhas foram empreendidas contra a tribo Acaroá. Pela citação a seguir pode-se avaliar o grau da violência que não poupou nem mesmo a população infantil.

Duas façanhas proezas, ou famigeradas ações se viram executadas nesta ocasião pelos grandes Teodosio e Felix do Rego: a primeira, muitas vezes repetidas consistiu na grande piedade que alcançaram as donzelas e meninas que se iam encontrando em um ou outro magote de fugidos, porque vendo estas matar a sangue frio a seus pais, irmãos e parentes que não resistiram nem levaram armas de qualidade alguma para o fazer, se humilhavam batendo as palmas das mãos, que entre eles é o modo mais expressivo de misericórdia, para comoverem ternura; mas nesta mesma ação de humildade digna de maior compaixão se lhes transpassam os peitos até darem o último suspiro, sem lhes valer a fraqueza do sexo e o tenro da idade, a falta de resistência e a carência de culpa e o pedirem humilde e incessantemente misericórdia.

Ao se referir sobre os índios Acaroá no Maranhão, aldeados em São Félix de Balsas.

SPIX & MARTINS (1976) escreveram:

Encontramos apenas um resto desta colônia antigamente importante, segundo a nota do vigário, constava de umas 120 pessoas e mesmo estas nem todas de origem, sem misturas. Certas doenças especialmente as bexigas haviam dado cabo de muitos, outros já desde muito tinham regressado aos seus velhos retiros. O aspecto tristonho dos índios, que vagavam aqui em abstrata inércia, a sujidade e desordem das pobres chocas, assim com a falta de uma direção conveniente confiada agora a um soldado dado ao vício da embriaguez, reforçaram a nossa convicção de que deve considerar rara exceção uma feliz tentativa de colonizar indígenas

Esse quadro de declínio neutralizou totalmente a força e a honestidade dos Acaroá.

Outras tribos contatadas no século XVIII pelos criadores de gado foram a dos Kapietrã ou Canela e a dos Sakamekrã, resistentes e guerrilheiros aqueles, habitantes do vale do rio Alpercatas e estes habitantes da mata. Referidas tribos atacavam fazendas, povoados, assaltavam os viajantes que se dirigiam entre Pastos Bons e Caxias, dificultando assim a expansão da pecuária. CABRAL (apud RIBEIRO, 2002) enumera trinta e cinco fazendas de gado destruídas por essas tribos.

Já em outros tempos foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para criação de gado e ali com mais de sessenta estabelecimentos deste gênero formaram esta Ribeira, uma das mais populosas do distrito; porém, os índios Sakamekrã... e outros que com estes se confinam (Kapietrã), tornaram a vertê-los em desertos solidões destruindo a maior parte dos ditos estabelecimentos e indo gradualmente tanto em aumento essa devastação que já hoje na dita Ribeira muitos poucos conhecem (existem) e esses mesmos quase exauridos.

Século XIX

Os conflitos, as contendas e todas as suas consequências, embora desastrosas, colaboraram para que houvesse, a partir do início do século XIX uma trégua e um certo ambiente de paz entre índios e criadores de gado. Dentre os fatores que contribuíram para essa “paz”, destaca-se

a quebra da resistência dos índios pelas grandes perdas humanas socioculturais e econômicas sofridas.

Não se pode excluir, no entanto; o fato de que já amadurecidos, criadores de gado e indígenas passaram a se entender, a se conhecer melhor, a usar e cobiçar as ferramentas usadas pelos brancos, além daqueles que serviram como instrumento de paz. Eram os interlocutores entre os dois grupos divergentes. Elementos que antigos prisioneiros de guerra de ambos os lados haviam escapado e serviram de intermediários por vivenciarem melhor o comportamento e as razões do “ter”, de ambos os grupos: criadores e índios.

Um acontecimento que facilitou o entendimento dos pecuaristas com os Kapietrã é que estes, precisando revidar uma derrota que tinham sofrido dos Sakamekrã, resolveram fazer aliança com os brancos para derrotar o seu inimigo, restabelecendo assim relações pacíficas com os criadores de gado. Disso resultou o aldeamento dos Kapietrã na fazenda Buritizinho, enquanto o auxílio prometido pelo Estado nunca aconteceu, o que resultou no abandono dos índios que, famintos, passaram a roubar gado nas fazendas, ressurgindo assim atritos.

Sob o pretexto de livrarem-se definitivamente dos Sakamekrã, atraíram os Kapietrã para Caxias, onde havia uma epidemia de varíola e ali, deixaram-nos expostos à doença, prisões e espancamentos. Parte deles, ao tentar voltarem para seu lugar de origem, foram dizimados, outros, mesmo doentes escaparam resultando disso a proliferação da varíola em todo o alto sertão maranhense, patologia até então desconhecida naquela área.

CABRAL (apud RIBEIRO, 2002) relata com detalhe esse episódio:

Nada porém tão repreensível como a liberação de introduzir entre aqueles miseráveis o contágio das bexigas, da qual a vila de Caxias e suas circunvizinhanças estavam naquele tempo empestadas: se é, como dizem que fora de propósito para destruí-los, contando com a sua impropriedade para resistir a tamanho mal, o que não acho crível; porém, seja como for, o certo é que os gentios viram-se feridos dele, sem ter remédio algum que lhe valessem.

Finalmente atormentados por toda forma, avivando-lhe cada vez mais a lembrança da traição com que os iludiram, chamando-os ali para atormentá-los e não podendo sofrer por mais tempo a fome que continuava a devorá-los, espalhavam-se desesperados fugindo para os montes donde haviam descido; porém estavam desse meio apartados e era assaz a desgraça que entre si levavam para que lá pudessem chegar muitos deles. Assim mesmo indefesos, consternados e fugitivos foram mandados espingardear pela retaguarda no lugar São José, a 14 léguas de Caxias, ficando por esses campos bastante mortos que, insepulcros, serviram de pastos às feras daqueles matos e aos urubus ou corvos do Brasil.

Quanto aos Sakamekrã, a mesma autora registra que também enganados por expedições que sob a promessa de paz e fornecer-lhes ferramentas convenceram-lhes a abandonar a

área onde habitavam protegidos pela mata e, num confronto a campo aberto os derrotaram abatendo-os e vendendo-os em leilão em Caxias.

Os detalhes desse gesto covarde são minuciosamente relatados pela autora citada.

Mas quão diferente não foi deste acolhimento protelado, aquele que receberam na crueldade com que a sangue frio, foram ali mesmo mortos, alguns traiçoadamente, nas prisões com que imediatamente aguilhoram outros, e na infame partilha que se fez das suas famílias, em tom de escravos perpétuos, chegando a ser arrematados em leilão público na praça da vila de Caxias e levados aos descarçadores de algodão daquele distrito, onde amarrados como macaco ao sepo, foram asperamente castigados para adiantar as tarefas ao serviço consignado pelos seus ilegítimos senhores, no entanto que talvez sofriam fomes intoleráveis.

Outros confrontos foram registrados no sul e sudoeste do Estado, entre as tribos que habitavam a margem oriental dos rios Tocantins, Farinha (afluente daquele) e Grajaú.

Como exemplo citam-se:

- Piocobgez – habitavam o vale de várzea do rio Grajaú e que opunham grande resistência aos criadores, chegando a destruir fazendas e até mesmo povoados, como Chapada em 1814;
- Krahó, aldeia com mais de três mil índios e que habitavam onde foi fundado São Pedro de Alcântara; eram acessíveis e de relacionamento pacífico. Sobre esse assunto registra CABRAL (1992:131)

Prezava-se de bom guerreiro e com justiça, pois assaz o experimentamos nas expedições em que ajudou contra as nações circunvizinhas. Não tinha ambição alguma e era humano, entregando-nos generosamente todos os prisioneiros que havia e muitas vezes aconteceu que quebrasse a cabeça a seus soldados porque se opunham a estes sentimentos

As tribos que escaparam da violência dos criadores de gado, sofreram o mesmo processo por parte dos bandeirantes, que os aprisionavam para serem leiloados como escravos no Pará.

Citando Francisco de Paula, CABRAL (1992) registrou:

Certa expedição que foi aos índios da tribo Augutgê, em 1816, soube reduzi-los com aquelas já referidas promessas; porém, logo que eles se entregaram, prendeu-os e escravizou-os; queixando-se então, humildemente, o seu maioral daquela infame traição que não merecia, a humana resposta que pôde obter foi uma ordem que se deu para levá-lo dentre os seus a um bosque vizinho, onde muito a sangue frio foi despedaçado pelos cruéis algozes que o conduziram: o resto dessa tribo que não coube nas canoas do Pará foi vendido a vários comissionários volantes que o foram revendilhar no Piauí.

Dessa forma, procedeu-se ao sacrifício do nativo na ocupação dos sertões maranhenses, participando no palco desse espaço, na conquista e no sofrimento, a exemplo do que acontecia com o negro no litoral, na baixada e nos vales úmidos.

Tal como o negro, a resistência do índio a tal dominação, foi primordial para a sobrevivência, embora ainda bastante sacrificada de algumas, e o que é mais importante é que o espírito de luta dessas duas minorias étnicas nos dá uma lição da necessidade de conviver com as diferenças de cada cultura e os diferentes, que, no entanto, foram importantes na construção do Brasil e particularmente do Maranhão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se consideramos a ocupação do espaço brasileiro, especialmente do litoral, a do Maranhão se processou bem depois, embora haja registros da pirataria européia no século XVII. Entretanto, a vasta extensão do litoral, o cenário fisiográfico, onde o relevo colaborou para a concentração da foz dos rios no golfo maranhense, os problemas enfrentados pelas três expedições dos sucessivos donatários, a ocupação só se processou oficialmente com a presença francesa, legitimando-se no entanto após três anos, com a posse definitiva da Coroa Portuguesa.

Os recursos marinhos fluviais e lacustres, centraram os primeiros núcleos, nos estuários do litoral ocidental e timidamente avançaram à montante dos rios, provocando um povoamento totalmente linear-ribeirinho, no máximo até os vales médios dos grandes rios: Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré.

Um século depois foi a vez do sertão que, atravessando o Parnaíba, embora tenha tido como prioridade as pastagens também não se afastou dos rios.

Desse modo, acentuou-se o grande vazio demográfico entre o sertão de um lado e os vales úmidos e o litoral do outro.

Coincidentemente, praticamente só após um século é que esse vazio, representado pela Amazônia Maranhense e pela mata tropical de transição, foi lentamente conquistado, no sentido leste-oeste, deixando no seu rastro de lavoura itinerante e fixação semi-nômade, caminhos ou picadas, que devido a rizicultura foram utilizados pelos caminhões: o arroz chamou os caminhões e estes forçaram a precariedade de rodovias que pelo estratégico avanço, deixaram de lado São Luís, que isolada, entrou em decadência econômica. Em contrapartida, o arroz revitalizou a economia rural, uma vez que os espaços vazios do algodão foram preenchidos, ao mesmo tempo que as cidades portos-fluviais se reequilibraram pelo escoamento da produção que só foi deixando

de utilizá-las com a interiorização da rizicultura, fazendo surgir os pequenos povoados rurais, cuja cultura e hábitos tipicamente nordestinos se diferenciaram dos costumes de origem portuguesa. Isto criou dois perfis sócio-humanos. O antigo, português e de herança escravocrata; o novo de “virtudes”, nordestinas especialmente cearenses e piauienses.

A cidade de São Luís sofreu, mas lucrou com essa realidade. O caos econômico sofrido pela capital fez com que a indiferença da dinâmica da ocupação urbana não se manifestasse.

Diferente de Salvador, que teve grande parte do seu patrimônio arquitetônico comprometido pelo comércio do cacau, e de São Paulo, cujos palacetes grãfinos baseados na arquitetura francesa haviam sido destruídos para dar lugar a edifícios de gostos duvidosos, devido ao impulso provocado pela cafeicultura, São Luís, distante do espaço do arroz e tendo perdido a sua condição de cidade de exportação pelas rodovias que dela não partiram, estagnou no tempo. Isso, no entanto, teve seu grande valor, pois os seus sobradões azulejados foram conservados, as moradas-internas e meias-moradas ensolaradas e ventiladas ficaram de pé.

Só bem mais tarde, quando as multinacionais foram atraídas pelo Porto do Itaqui, a cidade voltou a se reestruturar economicamente; entretanto, o surgimento das leis de conservação do patrimônio, de órgãos oficiais como o IPHAN, protegeram a arquitetura. Sem saída, a expansão urbana atravessou a foz dos rios Anil e Bacanga e no outro lado, se verticalizou, se modernizou.

Como resultado de tudo isso surgiu uma cidade impar, com espaços distintos entre o antigo e o novo, cuja harmonia não foi prejudicada, graças à suavidade da foz dos rios já citado.

Desse modo, a ocupação que se processou pelo Golfão e pelo Sertão, embora tenha isolado a capital, como “arrependida” voltou-se para a ilha, para a Ilha do Amor – Patrimônio Cultural da Humanidade e Capital Brasileira do “reggae”, justa homenagem àqueles que a construíram com o seu suor – os negros.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Ensaio sobre a Realidade Maranhense**. São Luís. IPEI, 1974.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**. São Luís: Sioge, 1992.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a História e Geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.
- D'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças**. São Paulo: Edusp, 1975.
- FEITOSA, Antonio Cordeiro, TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão**: espaço geohistórico e cultural. João Pessoa: Grafiset, 2006.
- LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fon Fon e Seleta, 1970.
- RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias do Sertão Maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2002 (Coleção Maranhão Sempre).
- SPIX & MARTINS. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- TROVÃO, José Ribamar. **"Ilha" Latifundiária na Amazônia Maranhense**. São Luís: Edufma, 1979.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Editores, 1981.
- VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Lithograf, 1992.



JOSÉ RIBAMAR TROVÃO é licenciado em geografia pela Universidade Federal do Maranhão, mestre e doutor em geografia (organização do espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. No magistério lecionou nos seguintes estabelecimentos: Ginásio Comercial Arnaldo Ferreira, colégios: Ateneu Teixeira Mendes, São Vicente de Paulo, Zoé Cerveira, Dom Bosco, Maria França, Liceu Maranhense, Padre Rogério, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Faculdade São Luís, atual Estácio de Sá.

Como técnico (geógrafo): Secretaria da Agricultura, Secretaria de Planejamento, Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, Instituto de Recursos Naturais – IRN, Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária – EMAPA e Projeto Mearim. Atualmente é pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Trabalhos publicados: autor: “Ilha” Latifundiária da Amazônia Maranhense, O processo de Ocupação do Território Maranhense, Atlas Escolar do Maranhão – Espaço Geo-Histórico e Cultural (co-autor); coordenação e redação: Anuário Estatístico do Maranhão 2010, Evolução Política-Administrativa do Estado do Maranhão, Enciclopédia dos Municípios Maranhenses vols. 1,2,3 e 4, no prelo: Dicionário Popular do Maranhão e Provérbios Populares do Maranhão

Só após um século é que esse vazio, representado pela Amazônia Maranhense e pela mata tropical de transição, foi lentamente conquistado, no sentido leste-oeste, deixando no seu rastro de lavoura itinerante e fixação semi-nômade, caminhos ou picadas, que devido a rizicultura foram utilizados pelos caminhões: o arroz chamou os caminhões e estes forçaram a precariedade de rodovias que pelo estratégico avanço, deixaram de lado São Luís, que isolada, entrou em decadência econômica. Em contrapartida, o arroz revitalizou a economia rural, uma vez que os espaços vazios do algodão foram preenchidos, ao mesmo tempo que as cidades portos-fluviais se reequilibraram pelo escoamento da produção que só foi deixando de utilizá-las com a interiorização da rizicultura, fazendo surgir os pequenos povoados rurais, cuja cultura e hábitos tipicamente nordestinos se diferenciaram dos costumes de origem portuguesa. Isto criou dois perfis sócio-humanos. O antigo, português e de herança escravocrata; o novo de "virtudes", nordestinas especialmente cearenses e piauienses. Isto criou dois perfis sócio-humanos. O antigo português e de herança escravocrata; o novo de "virtudes", nordestinos especialmente cearenses e piauienses.